



A Crise Socioambiental: Uma Crise Civilizatória

Luciane Albernaz de Araujo Freitas¹

André Luís Castro de Freitas²

Resumo: Compreende-se que a educação ambiental desempenha papel bem mais importante e complexo do que o habitualmente difundido não se limitando ao compromisso com as modificações ambientais, estando comprometida com as questões sociais. Percebe-se que os pressupostos da Educação Ambiental Transformadora provem força e visibilidade à necessidade de investir em estratégias visando à superação do modelo civilizatório. Essa se encontra diretamente vinculada às concepções marxianas, tendo presente que a necessidade de transformações se fazem urgentes, para além de mudanças de caráter cultural e comportamental. O presente trabalho, tendo como referencial o pensamento de Marx e Engels, o qual encharcado pelo método dialético constituiu um modo de pensar e fazer a educação ambiental transformadora constitui um estudo descritivo crítico. Tem-se por objetivo problematizar as complexas conexões que se estabelecem entre crise ambiental, modelo civilizatório capitalista e educação ambiental.

Palavras-chave: Crise Ambiental; Capitalismo; Educação Ambiental Transformadora.

The Social-Environmental Crisis: A Civilizing Crisis

Abstract: It is understood that the environmental education plays much more important and complex roles than commonly widespread, not only limited to the commitment to environmental changes, but also being committed to social issues. It is noticed that the assumptions of Transformative Environmental Education provide strength and visibility to the need to invest in strategies aiming to overcome the civilizing model. This is directly linked to Marxist conceptions, keeping in mind that the need to transformation is urgent, beyond cultural and behavioral changes. This paper, having as reference the thought of Marx and Engels, soaked by the dialectical method constituted a way of thinking and making transformative environmental education, in other words,

¹ Doutora em Educação Ambiental pela FURG, Mestre em Desenvolvimento Social pela UCPel, professora do IF Sul – Campus Pelotas, lucianealbernaz@pelotas.ifsul.edu.br

² Doutor em Computação pela UFRGS, Mestre em Computação pela UFRGS, Mestre em Educação pela UFPEL, em Doutorado em Educação pela UFPEL, professor associado da FURG, dmtalcf@furg.br

a critical descriptive study. Its objective is to problematize the complex connections that are established among environmental crisis, capitalist civilizing model and environmental education.

Keywords: Environmental Crisis; Capitalism; Transformative Environmental Education.

Considerações iniciais

A partir da segunda metade do século XX a problemática da degradação ambiental passou a fazer parte das discussões de diversos setores da sociedade em virtude do agravamento da precariedade dos sistemas naturais. Para Nunes (1988) as discussões apontaram para a educação como um importante instrumento capaz de contribuir para modificar a relação prejudicial que se estabeleceu entre o homem e a natureza ao longo de sua evolução, dando origem a Educação Ambiental.

De acordo com Dias (1992), a expressão *educação ambiental* surgiu pela primeira vez em um encontro de educadores na Conferência de Keele, em 1965, na Inglaterra, passando a ser assunto de interesse da UNESCO a partir da década de 1970, quando essa começou a promover vários eventos relacionados ao meio ambiente, os quais aconteceram nas cidades de Estocolmo (1972), Tbilisi (1977), entre outras. Desde então muitos debates e teorizações foram realizados fazendo dessa ceara um complexo campo de estudo, onde divergências e até mesmo antagonismos estão presentes sob o que se intitula Educação Ambiental.

Na atualidade, segundo Loureiro (2006), a Educação Ambiental não pode mais ser abordada de forma genérica, sem que se explicita a vertente a que está atrelada, posto que as diferentes vertentes possuem intencionalidades distintas, as quais dão sentido às suas premissas e ações.

Loureiro (2006) enfatiza que a educação ambiental pode ter funções distintas: a mais difundida é a função moral, tendo como intuito a socialização do homem com a natureza; a outra é a função ideológica de construção e/ou reprodução das condições sociais, sendo pouco compreendida. A função ideológica pode assumir duas posições não só distintas como antagônicas: estando a serviço da manutenção do modelo civilizatório vigente ou estando a serviço da transformação social.

O papel da educação ambiental é bem mais importante e complexo do que o habitualmente difundido não se limitando ao compromisso com as mudanças ambientais, estando diretamente vinculada com as questões sócio-econômicas e políticas.

A compreensão da abrangência e complexidade do papel da educação ambiental faz-se de extrema importância para que se possa vislumbrar o alcance de suas

intencionalidades. A concepção que está comprometida com a manutenção do modelo civilizatório vigente busca mudanças de caráter conjuntural, sem abalar os mecanismos de reprodução social mantendo inalteradas as relações de poder.

Em contrapartida a concepção que acredita na necessidade de uma transformação social aponta para mudanças profundas e radicais no modelo societário a fim de eliminar os mecanismos responsáveis pelas desigualdades e injustiças, como é o caso da exploração econômica, concentração de renda entre tantos outros fatores que acompanham os processos de apropriação privada dos bens materiais.

A partir da aderência a segunda concepção, isto é acreditando no compromisso da educação ambiental com a transformação social busca-se aqui problematizar as complexas conexões que se estabelecem entre crise ambiental, modelo civilizatório capitalista e educação ambiental.

Inicia-se abordando *A relação homem e natureza sob a mediação do trabalho na sociedade capitalista*, tendo como foco a relação capital e trabalho e a perda de unicidade orgânica existente entre homem e natureza, na qual o homem ao não se perceber parte da natureza passa a vê-la como fonte de matéria-prima a ser explorada gerando degradação ambiental. O segundo tema intitulado *O processo de produção capitalista e a crise socioambiental* aborda a lógica do processo de produção capitalista com suas estratégias para manter-se em constante expansão e as desastrosas consequências socioambientais. Após passa-se ao tema *Desigualdades sociais e injustiças ambientais* onde se verifica a estreita relação entre a baixa condição socioeconômica e a alta exposição aos riscos ambientais, ocasionando injustiça ambiental para uma grande maioria e segurança ambiental para poucos. Por fim, apresentam-se as considerações finais e referências.

A relação homem e natureza sob a mediação do trabalho na sociedade capitalista

Em um determinado momento histórico, o homem primitivo, por uma necessidade de sobrevivência, foi impulsionado a buscar a superação da relação de adaptação que mantinha com a natureza. Passou a construir uma relação, na qual, por meio da transformação da natureza, buscou satisfazer suas necessidades. Porém, se inicialmente o objetivo era o atendimento das necessidades imediatas de sobrevivência, com o passar do tempo e a evolução das civilizações humanas, esse objetivo foi se alterando, tornando-se mais complexo, tendo em vista outras necessidades oriundas do próprio modelo civilizatório.

Esse processo de transformação da natureza pelo homem, para satisfazer suas necessidades, é denominado trabalho, atividade exclusiva do ser humano, única espécie animal capaz de tal feito.

Dessa forma, por meio do trabalho, o homem se colocou em movimento num processo em que “com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2012, p.211), sendo capaz de transformá-la e colocá-la a serviço de suas necessidades, tornando-a objeto útil à humanidade. E, nessa relação, atua “sobre a natureza externa modificando-a, ao mesmo tempo em que modifica sua própria natureza” (MARX, 2012, p.211). Assume-se a ideia de que, a partir do trabalho, os homens produzem a si como seres humanos, pois, à medida que superam os limites naturais, passam a ter o domínio da natureza, percebendo-se para além dela.

Para Marx (2012), o processo de trabalho:

[...] é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é a condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, por tanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2012, p. 218).

O trabalho, como atividade vital do homem, diferencia-se da atividade vital dos demais animais por ser consciente, sendo atividade do seu querer. A intencionalidade é fator determinante na atividade vital humana, estando presente na mente do homem antes mesmo de sua concretização. Se os outros animais produzem o que necessitam para si, o homem produz independentemente da sua necessidade imediata, produzindo para a humanidade. Desse modo, os outros animais “produz [em]-se apenas a si próprio [s] enquanto o homem reproduz a natureza toda” (MARX, 1994, p. 68), e o fazem de forma consciente, o que torna a atividade humana objeto de sua determinação.

O homem, a partir do trabalho, torna-se ser ativo de sua existência, capaz de enfrentar a causalidade da matéria natural, formulando alternativas para subordinar a matéria aos seus objetivos. Tal capacidade permite ao homem intervir nas determinações naturais, fundando o mundo do qual faz parte. Essa capacidade de intervir criativamente por meio do trabalho é fundamento da liberdade humana.

Na medida em que, por meio do trabalho, se apropria do mundo natural, transformando-o para produzir sua vida, apropria-se da natureza para si, imprimindo,

nessa, um caráter social e histórico. Pode-se dizer, então, que o trabalho é potencialmente prática humanizadora. Porém, ao estudar a organização da sociedade capitalista, Marx desvela o processo de estruturação do trabalho e mostra como este é potencialmente prática humanizadora e prática alienante, que se define na realidade concreta.

O trabalho sob as condições históricas da produção capitalista concretiza-se em prática alienante, à medida que o trabalhador vende sua força de trabalho, tornando-se mercadoria. Seu trabalho já não lhe pertence. “A exterioridade do trabalho para o operário aparece no fato de que ele não é [trabalho] seu, mas de outro, em que ele não lhe pertence, em que nele não pertence a si próprio, mas a outro” (MARX, 1994, p. 65). Consequentemente, o operário não se afirma como homem ativo:

[...] seu trabalho não é [portanto] voluntário mas forçado, trabalho forçado. Ele não é portanto a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um meio para satisfazer necessidades exteriores a ele. [...] O trabalho exterior, trabalho no qual o homem se desapossa, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. [...] também a atividade do operário não é a sua auto-atividade. Ela pertence a um outro, ela é a perda dele próprio (MARX, 1994, p. 65).

O trabalhador, ao vender a força de trabalho, o produto do trabalho - objeto - não mais lhe pertence, adquire autonomia e passa a dominar o próprio homem. Este passa a subordinar-se ao seu próprio objeto, que, na sociedade capitalista, é o capital. Na dependência do capital, o homem distancia-se de todos os sentidos físicos e intelectuais que lhe constituíam em ser ativo e consciente, passando a ser apenas mercadoria.

A unicidade orgânica existente entre homem e natureza é perdida com o avanço do capital. Na busca da acumulação de riquezas, o capitalismo se identifica com a reprodução ampliada em busca da mais-valia³, o que modifica a relação homem e natureza: se o homem se relacionava, pelo trabalho, transformando-a em produtos. Na realidade contemporânea, o trabalho é o processo de produção de mercadoria. O estabelecimento dessa relação mercantil representa não só a exploração até o total esgotamento da força do trabalho, como também o próprio esgotamento da natureza.

³ Mais-valia – conceito cunhado por Karl Marx. Refere-se ao valor que o trabalhador assalariado cria acima do valor da sua força de trabalho, isto é, valor excedente. Esse valor, que não é pago ao trabalhador, é apropriado pelo capitalista. A mais-valia, assim, é base da acumulação capitalista.

A lógica do processo de produção capitalista e a crise socioambiental

A falta de escrúpulos, própria do modelo civilizatório capitalista, em relação à exploração da natureza, provoca a degradação ambiental, e essa é comumente associada ao consumo. Atrelada à visão conservadora de educação ambiental, a degradação da natureza está associada a posturas comportamentais individualistas inapropriadas de produção e consumo.

É corrente a afirmação de que se vive numa sociedade de consumo. Tal afirmação coloca o consumo como fator central na organização da sociedade capitalista. Buscando sustentação teórica no marxismo, defende-se a ideia de que a organização da sociedade capitalista centraliza-se nos fatores produção/trabalho, sendo o consumo parte integrante do processo de produção, não podendo ser dissociado deste. Produção, distribuição, circulação e consumo são fases de um mesmo processo, a produção capitalista.

A produção cria os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído, segundo a necessidade individual; e, finalmente no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual. Nesse movimento, a produção aparece como ponto inicial e o consumo, como ponto final; a distribuição e a troca como meio-termo (MARX, 1982, p. 07).

As quatro fases do processo de produção, mesmo distintas entre si, inter-relacionam-se, sendo mutuamente determinantes. Marx (1982) explicita as inter-relações entre produção e consumo, nas quais a produção estabelece o consumo, gerando, no consumidor, a necessidade de consumir os produtos. Em contrapartida o consumo gera a disposição do produtor em função de uma necessidade de produção que o consumo determina.

Essa relação se estabelece de forma dialética: “a produção não é imediatamente consumo, nem consumo é imediatamente produção, igualmente a produção não é apenas um meio para o consumo, nem o consumo um fim para a produção” (MARX, 1982, p. 09). Entre produção e consumo, há uma relação na qual cada elemento possui suas características, sendo percebidos como elementos distintos, porém participando de forma interdependente na formação de um processo único, o que acontece também entre as demais fases.

Em *O Capital*, Marx diz que: “[...] a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria isoladamente considerada é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 1989, p. 41).

O processo de produção da mercadoria, elemento estratégico na estruturação da sociedade capitalista, necessita ser compreendido, a fim de que se desvele seu papel na dinâmica da sociedade contemporânea. Como explicitado anteriormente, o que move o processo de produção de mercadoria no sistema capitalista é o lucro, e não a satisfação das necessidades humanas. Entretanto, Marx (1989) afirma que a mercadoria chega à população como elemento que atende as necessidades humanas, seja como meio de sustento, seja como objeto de consumo ou, ainda, meio de produção.

Marx (1989) evidencia a contradição entre valor de uso e valor de troca da mercadoria. Segundo o autor, o valor de uso se refere ao valor de um determinado objeto em função da utilidade que este tem para satisfazer uma necessidade, enquanto o valor de troca não pode ser percebido em seu valor de uso, pois nele está presente o trabalho humano abstrato.

Dessa forma, as mercadorias estão impregnadas pelo trabalho e pelas sutilezas e contradições que este, com suas características sociais, contém. Cada mercadoria, que, ao olhar ingênuo e descontextualizado, pode significar simples materialização da satisfação das necessidades humanas, engendra, na verdade, as complexas relações sociais do trabalho.

Partindo do entendimento de que o capitalismo tem como prioridade o lucro, em detrimento da satisfação das necessidades humanas, pode-se concluir que o valor de troca das mercadorias assume papel determinante na dinâmica da produção destas, sendo desvinculado do seu valor de uso. Este último passa a ser apenas um artifício, isto é, a utilidade da mercadoria é “fabricada”, a fim de tornar a sua compra necessária. Tem-se, então, a subordinação do valor de uso pelo valor de troca.

A subordinação do valor de uso pelo valor de troca fabrica a existência de novas necessidades, as quais são incorporadas pelos indivíduos. Esses assumem, como suas, uma série de necessidades impostas pela dinâmica do capital. Tal imposição tem, na ideologia, sua fundamental estratégia na medida em que dissemina um conjunto de valores que, absorvidos pelos indivíduos, passam a orientar suas ações, dominando seus desejos,

trazendo ao indivíduo a identificação com um determinado grupo social, o que permite a construção de uma identidade determinada não pelo ser, mas sim pelo ter.

Segundo Lefebvre (1991), a ideologia da mercadoria é a publicidade que ao mesmo tempo constrói uma identidade para o consumidor e encobre as relações de produção, uma vez que os indivíduos passam a se reconhecer em suas mercadorias.

A fabricação das necessidades humanas pela ideologização do consumo não é a única artimanha do capitalismo para que o valor de troca se sobreponha ao valor de uso. Outra estratégia é a subutilização da mercadoria, denominada por Mészáros (2011) de *taxa de utilização decrescente*, ou, ainda, *taxa de uso decrescente* - TUD.

De fato, quanto menos uma dada mercadoria é realmente usada e re-usada (em vez de rapidamente consumida, o que é perfeitamente aceitável para o sistema), melhor é do ponto de vista do capital: já que tal *subutilização* torna vendável outra peça de mercadoria (MÉSZÁROS, 2011, p. 661).

Mészáros, em seu livro *Para além do capital* (2011), aborda a “relativização do luxo e da necessidade”, tema que remete à lógica do capital, estando também articulado à taxa de utilização decrescente. Dessa forma, tem-se essa questão como ponto de partida para a compreensão do papel da taxa de utilização decrescente no capitalismo.

As teorizações sobre o luxo remontam ao século XVII – e, desde então, representa foco de oposições. Nessa divergência, os defensores do sistema de produção capitalista fazem uma avaliação positiva do luxo. Esse é visto como:

[...] fator vital de motivação (prometendo recompensas individuais para todos e, em particular, para os membros das classes dominantes) e também como esfera claramente vantajosa da expansão produtiva como um todo (Mészáros, 2011, p. 642).

Para o sistema capitalista, o luxo é tido como uma estrutura orientadora da expansão produtiva. Isso porque a expansão da produção necessita, em contrapartida de uma ampliação na distribuição de bens, a qual acontece mediante o consumo.

Assim, é cada vez mais relativizado o limite entre o que é imediatamente necessário para a subsistência do homem e o que é tido como consumo de produtos supérfluos, luxo. Tal limite não é intrínseco à natureza humana, e sim determinado historicamente. O luxo passa a ser necessidade básica para atender o sistema produtivo do capital, que, com foco na expansão da produção busca níveis cada vez mais altos de consumo.

A expansão da produção em escala grandiosa passou a ser viável à medida que o trabalhador foi separado de seus meios de produção, deixando de ser uma produção baseada no valor de uso, estando dissociada dos limites impostos pelo consumo. Desse modo, forma a produção passa a desempenhar um papel ativo e estimulador e, por que não dizer manipulador em relação à demanda.

A subordinação do valor de uso ao valor de troca faz surgir uma nova dinâmica determinante para o crescimento econômico, no qual a utilização de um determinado produto – mínima ou máxima – não modifica a quantidade de valor de troca no ato de venda. O fato de um produto ter uso constante, ou nenhum uso, não aumenta nem diminui o valor de troca. A utilidade da mercadoria é determinada em termos de vendabilidade, por isso o interesse do capital se encerra com o ato de venda. Dentro dessa lógica, não há interesse no aumento da qualidade da mercadoria por meio do aumento de sua durabilidade, ao contrário: quanto menos uma mercadoria for usada, melhor para o capital, pois a subutilização cria a demanda para a venda de outra mercadoria.

A subutilização é fator indispensável para salvaguardar a expansão do capital, estando não a serviço das necessidades humanas, mas das necessidades da produção. Da mesma forma como acontece na dimensão de bens e serviços, a subutilização ocorre, também, na dimensão de instalações e maquinaria e na dimensão da força de trabalho, estratégias que, a serviço do capital, contribuem para a expansão da produção. A confluência dessas estratégias determina a taxa de utilização decrescente, que afeta, de forma negativa, as dimensões fundamentais do processo de produção capitalista, a saber: bens e serviços; instalações e maquinaria; e a força de trabalho.

No que diz respeito aos bens e serviços, a expansão capitalista, ao aumentar a produção, necessita de que o consumo também seja maior, garantindo a manutenção do ciclo produtivo. Entretanto, determinadas mercadorias não possuem demanda capaz de favorecer a dinamicidade do ciclo produtivo necessário à expansão produtiva, o que inviabiliza a expansão do capital. Isso ocorre em virtude de bens que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior, por exemplo: os bens de consumo duráveis e o transporte coletivo. Outro fator que interfere nessa dinamicidade é a restrição econômica dos consumidores individuais, a qual não estimula o consumo.

Contudo, o capital busca alternativas para superar os obstáculos que se apresentam, sem levar em conta as consequências desastrosas que pode haver em prazos, muitas vezes,

não tão distantes. Entre as alternativas, segundo Mészáros (2011), têm-se: a “obsolescência planejada” tanto dos bens de consumo duráveis que são produzidos em massa, quando o abandono de bens e serviços com potencial de utilização positivo; o “superdesperdício” em relação a produtos que oferecem mais recursos do que os realmente utilizados, bem como o desperdício em função da aderência compulsiva a novas tecnologias; o “extermínio de serviços de manutenção”, que corrobora com a compra de novos produtos, quando os descartados poderiam ser consertados.

Na dimensão de instalações e maquinário a taxa de utilização decrescente assume a forma de “subutilização crônica”, na qual o sucateamento de maquinários ainda novos por outros mais avançados torna-se a lógica de empresas que, apostando nas inovações tecnológicas, buscam maior lucratividade. Tal estratégia tem como suporte o incremento do Estado por meio de políticas de financiamento.

A taxa de utilização decrescente apresenta-se na dimensão da força de trabalho por meio do “desemprego em massa”, já que o trabalho vivo torna-se cada vez mais supérfluo para o capital. Tem-se aqui uma contradição, pois o trabalhador não pode ser visto apenas como fator de produção, sendo ele também consumidor. Mészáros a esse respeito afirma:

É, de fato, a contradição antagônica e, por fim explosiva dessas duas necessidades fundamentais, porém inconciliáveis, do capital que domina o discurso da moderna teoria econômica burguesa, oferecendo a “conciliação” imaginária da contradição em questão pela nova redação de seus termos de referência e pela redefinição da substância de seus componentes, com o propósito da racionalização ideológica. Consequentemente, a “ciência econômica” não só inverte “o Consumidor” como entidade independente, mas também invoca o capitalista como “o Produtor”, reduzindo ficticiamente o papel estratégico do trabalho a um mínimo irrelevante. Desta maneira, a economia política burguesa do século XX simultaneamente reflete e legitima, de um modo caracteristicamente invertido, a mais antissocial e desumanizante tendência do capital para a expulsão brutal do trabalho vivo do processo de trabalho (MÉSZÁROS, 2011, p. 673).

Aliada à taxa decrescente de utilização tem-se ainda o que Haug (1997) denominou de inovação estética. Essa estratégia consiste em alterar a aparência da mercadoria tornando a mercadoria, de aparência anterior ultrapassada, como se esta já não fosse capaz de satisfazer as necessidades a que se destinava. Para que a ideia de obsoleto seja incorporada pelos indivíduos a indústria capitalista utiliza-se da ideologia, que, mais uma vez, subordina o valor de uso ao valor de troca.

Desigualdades sociais e injustiças ambientais

A lógica do processo de produção capitalista, na qual os altos níveis de consumo e os grandes impactos ambientais não perpassam as diferentes camadas sociais de forma homogênea, configura-se por relações de poder assimétricas. Em consequência, o acesso, a apropriação e o uso dos recursos ambientais associado a uma lógica de autorregulação do mercado, a partir de valores competitivos e individualistas, determinam a organização da sociedade que tem na lucratividade sua lógica.

O que se está trazendo para a discussão aqui é a relação entre economia e política na organização da sociedade capitalista. Nessa relação, a Economia, responsável pela produção, sobrepõe-se à Política, responsável pela distribuição. Dessa forma, ocorre uma distribuição da produção de maneira polarizada, em que uma pequena parcela detentora dos meios de produção retém as riquezas e a grande maioria, que vende a força de seu trabalho, por não deter os meios de produção, não tem acesso a ela. Tal polarização se concretiza mediante desigualdades socioeconômicas e, também, ambientais ocasionadas, em grande parte, por falta de políticas distributivas mais homogêneas.

A pressão humana sobre os ecossistemas se dá de forma muito irregular, isto é, uma pequena minoria dos habitantes do planeta consome grande parte das matérias-primas e energias produzidas. Assim, pode-se concluir que, para a garantia desse alto padrão de vida da minoria, está sendo necessário lançar mão de níveis altíssimos de recursos materiais, os quais comprometem a sustentabilidade da vida dos demais habitantes que não usufruem das benesses de uma vida de riqueza, mas pagam a conta. Como exemplos podem ser citados os avanços científicos e tecnológicos na área da saúde, responsáveis por novos tratamentos e medicamentos capazes de grandes resultados, os quais não beneficiam grande parte da população porque seu custo é elevado, ou porque os doentes morrem nas filas dos hospitais antes de receberem atendimento, em função da longa espera. Essa e muitas outras situações podem confirmar a discrepância entre a qualidade de vida de uma pequena minoria e a inexistência dessa qualidade para a grande maioria dos habitantes deste mundo.

Não se está argumentando contra os avanços da ciência e da tecnologia. Questiona-se, sim, o destino que é dado aos conhecimentos construídos por meio desses avanços. Segundo promessa da modernidade o conhecimento científico traria a felicidade ao homem, pois, por meio desse conhecimento, haveria o controle da natureza, podendo-se

usufruir plenamente de seus benefícios. Resta saber quem era o homem nesse contexto. Tal indagação é facilmente respondida a partir da análise dos momentos e movimentos históricos que permeiam a modernidade.

Tendo como pano de fundo a expansão colonial, momento em que o poder encontrava-se dividido entre a aristocracia e a burguesia, a qual gradativamente se impunha pela força do capital, tem-se claro que a promessa da modernidade era direcionada aos homens da Europa Ocidental dessas duas classes.

A colonização dos novos continentes pelos europeus foi marcada por essa concepção hierárquica, na qual os povos colonizados foram tratados como seres inferiores. Tal fato contribuiu para a estruturação de uma ordem social de desigualdades e injustiças que se perpetuam até os dias atuais. Essa situação se espraiou para o campo ambiental. Defende-se, por essa razão, a ideia de que a crise ambiental assume diferentes dimensões para as distintas classes sociais, afetando, de maneira mais drástica, as classes menos favorecidas.

As desigualdades sociais oriundas do modelo civilizatório capitalista se alastram para a dimensão ambiental, dando, na visão de Layrargues (2009), materialidade a uma “nova” desigualdade. Segundo ele essa nova materialidade se expressa no conceito de vulnerabilidade ambiental que atinge grupos sociais em condições de vulnerabilidade social, econômica e política, tendo suas condições de vida ou de trabalho ameaçadas pela degradação ambiental, causada pela exploração dos recursos naturais de maneira indevida, na busca desenfreada pelo lucro.

Constata-se a existência crescente desse “novo” tipo de desigualdade a qual é definida por Herculano (2002), como injustiça ambiental.

[...] injustiça ambiental [é o] mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, população de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis (HERCULANO, 2002, p. 19).

Layrargues (2009) defende a existência de “uma relação entre baixa condição socioeconômica e alta exposição aos riscos ambientais, [...] causando injustiça ambiental para uns e conforto ou segurança ambiental para outros” (LAYRARGUES, 2009, p. 19).

Com base na relação entre justiça ambiental e desigualdades sociais, torna-se evidente a conexão existente entre a crise ambiental e um contexto mais amplo envolvendo

as dimensões: econômica, política e social as quais fazem parte do sistema civilizatório vigente.

A amplitude e complexidade da educação ambiental transformadora

O capitalismo estabelece uma relação entre homem e natureza que não é inata dos seres humanos, e sim, resultado das relações sociais impostas pelo capital. Tal relação é mediada pelo trabalho, que se torna prática alienante quando da dissociação do trabalhador de sua produção, pela venda da força do trabalho, transformando-o em simples mercadoria. A relação mercantil compromete a unicidade entre homem e natureza, gerando a exploração até o esgotamento tanto da natureza como do homem enquanto força de trabalho.

A organização da sociedade capitalista centraliza-se nos fatores produção/trabalho com vistas à constante expansão do capital. Dessa forma, a produção não tem como objetivo a satisfação das necessidades, e sim o lucro. Tem-se aqui a supremacia do valor de troca sobre o valor de uso. A lógica gerada pela busca de lucro é acompanhada de uma necessidade de alargamento incessante do processo de produção que, em contrapartida, usa de estratégias para aumentar e dinamizar a produção e o consumo, ocasionando a exploração desenfreada dos recursos naturais e, conseqüentemente, a degradação ambiental.

A sociedade capitalista, nesse contexto, estrutura-se a partir de uma ordem social de contradições, na qual uma pequena minoria detentora dos meios de produção usufrui as benesses, e grande parte da humanidade paga a conta. Conta essa que, além das dimensões há muito denunciadas: econômica, social, política, cultural, estende-se cada vez mais para a dimensão ambiental. Por conseguinte, uma pequena parcela da humanidade destrói o planeta enquanto o restante da humanidade bate no peito dizendo: minha culpa.

Neste aspecto é que a educação ambiental desempenha papel fundamental, compondo a complexa conexão que se estabelece entre crise ambiental, modelo civilizatório capitalista e educação ambiental. Assim como a crise ambiental esta diretamente associada à lógica destrutiva da acumulação do capital a qual tem como principais fontes de riqueza a exploração da força de trabalho, pela geração de mais valia e a exploração dos recursos naturais a educação ambiental desempenha importante função ideológica neste contexto. Como enunciado anteriormente, esta pode assumir: uma visão conservadora, podendo num primeiro momento parecer ingênua e reducionista ao atribuir a

posturas individualizadas ou aos fenômenos estruturais desvinculados da dinâmica do modo de produção capitalista a responsabilidade da crise ambiental, mas que na verdade responde aos interesses do capital na medida em que propõe alternativas de superação da crise que não envolvem mudanças no modelo civilizatório vigente; ou pode assumir uma visão crítica que esteja comprometida com a transformação das relações de produção, das relações sociais e da relação homem-natureza que estruturam o capitalismo. Uma educação ambiental que priorize:

[...] a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos” (REIGOTA, 2009, p. 13)

Neste sentido é que a Educação Ambiental Transformadora (EAT) desempenha papel de grande importância estando diretamente vinculada as formulações marxianas, estabelecendo presente a necessidade de transformações em nível mundial, as quais se fazem urgentes, para além de mudanças de caráter cultural e comportamental, devendo ocorrer na superação do atual modelo civilizatório.

Loureiro (2006) explicita tal proposição, ao referir-se à importância da dialética entre mudança social e mudança cultural, no intuito de construir uma sociedade ecologicamente criteriosa e responsável e socialmente justa.

Nessa perspectiva, o autor enfatiza que a mudança só se faz possível quando se leva em consideração a sociedade da qual se é parte, pois os valores são “definidos a partir de condições históricas específicas, inseridas num mundo dialético de mútua constituição entre objetividade e subjetividade” (LAYRARGUES in: LOUREIRO, 2006, p. 13).

Dessa forma, a EAT, ao ter como foco primeiro a problemática concreta e de extrema gravidade que é o aniquilamento do Planeta e, conseqüentemente, a ameaça da manutenção da vida na Terra, torna-se dimensão relevante, colocando em evidência a premência na busca de caminhos que permitam solucionar a problemática que se apresenta como espada sobre a cabeça da humanidade. Nesse ponto, a EAT funciona como um sopro de vida ou, seria mais adequado dizer, o sopro da vida, isto é, aquele sopro que faz reacender a chama da luta pela superação da hegemonia burguesa, trazendo, para a pauta de discussão, questões fundantes do marxismo originário, de certa maneira, encobertos pelos apelos de concepções ditas pós-modernas as quais sustentam o neoliberalismo de terceira via.

A EAT compreende a vinculação das bases ecológicas com a esfera material, vinculadas ao modo de produção capitalista e às relações sociais em sua concretude, tendo consciência da necessidade de vincular-se ao método dialético em sua lógica de que ação é reflexão. Nessa abordagem, Layrargues no prefácio do livro de Carlos Loureiro⁴, expressa que o autor “ênfatiza que a tradição científica do método dialético marxista é a melhor forma de pensar e transformar o mundo” (LAYRARGUES in: LOUREIRO, 2006, p.13).

Esse mesmo autor enfatiza a necessidade de refletir sobre o problema ambiental de forma articulada com a totalidade das dimensões da sociedade, pois a não articulação resulta em uma visão dualista de mundo, onde “[...] a luta pela proteção da natureza sobressai como algo hierarquicamente prioritário sobre a luta por justiça e igualdade social, em vez de serem percebidas como intrinsecamente vinculadas” (LAYRARGUES in: LOUREIRO, 2006, p. 14). Para tanto, deve-se ter presente que a:

Educação Ambiental crítica, transformadora, socioambiental e popular refere-se, enquanto práxis social e processo de reflexão sobre a vida e a natureza, contribuindo com a transformação do modo como nos inserimos e existimos no mundo, a uma única categoria teórico-prática estruturante: educação (LOUREIRO, 2006, p. 35).

A EAT, partindo de uma situação concreta: o esgotamento das condições materiais do planeta e suas decorrências, tendo como base ontológica e gnosiológica, o materialismo histórico dialético, impulsionam o entendimento da “educação não como o único meio para a transformação, mas como um dos meios sem o qual não há mudança” (LOUREIRO, 2006, p. 58).

Considerações finais

A partir do exposto torna-se possível perceber a crise ambiental a partir de sua conexão com as condições concretas da sua própria produção histórica, onde a busca desenfreada pelo lucro ocasionou a falência da unicidade orgânica entre homem e natureza. Esse ao não se perceber parte da natureza, passa a vê-la como fonte de matéria-prima a ser explorada na busca desenfreada da expansão do capital, gerando, com isso, uma grande crise sócio-ambiental.

Desta forma acredita-se ser impossível negar a vinculação da degradação ambiental com a lógica de expansão do capital própria do sistema capitalista, não podendo ser

⁴ O livro ao qual se está fazendo referência tem como título: *Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental*.

percebida como algo pontual e ocasionado por “um comportamento consumista”, mas sim estando atrelado ao processo de produção inerente ao modelo civilizatório capitalista. Tem-se então a clareza de que pensar na superação da crise sócio-ambiental é pensar na superação do capitalismo.

Nesta perspectiva deve-se compreender a amplitude e complexidade da EAT , fazendo de seus pressupostos balizadores na construção de uma educação e, sobretudo, de uma prática pedagógica que esteja em sintonia com os anseios de contribuir com o processo contra- hegemônico.

Referências

- DIAS, Genebaldo. **Educação ambiental: Princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1992.
- HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: UNESP, 1997.
- HERCULANO, Selene. **Riscos e desigualdades sociais: a temática da justiça ambiental e sua construção no Brasil**. Paper apresentado no I Encontro da ANPPAS. Indaiatuba: ANPPAS, 2002, p.19.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação Ambiental como compromisso social: o desafio da superação das desigualdades**. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (ORGs.). **Repensando a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Prefácio: Para que a educação ambiental encontre a educação**. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política: Salário, preço e lucro: O rendimento e suas fontes; a economia vulgar**. São Paulo: abril Cultural, 1982 (Os economistas).
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro I. v. I (O processo de produção do capital)**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro I. v. I (O processo de produção do capital)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e outros textos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1994.
- MÉZSÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa**. 1. ed. São Paulo, 2011.
- NUNES, Ellen Regina Mayhé. **Educação Ambiental: Princípios e Objetivos**. Revista da Educação AEC, nº 68, Porto Alegre 1988.
- REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2009.